MONÇÕES
REVISTA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UFGD

Doi 10.30612/Rmufgd.v12i24.16782

As Relações entre Brasil e Noruega na Área de Meio Ambiente: análise comparativa entre os dois primeiros governos Lula e a gestão de Jair Bolsonaro

Relations between Brazil and Norway in the Environmental Area: comparative analysis between the first two Lula governments and Jair Bolsonaro's administration

Las Relaciones entre Brasil y Noruega en el Ámbito Ambiental: análisis comparativo entre los dos primeros gobiernos de Lula y la administración de Jair Bolsonaro

Ronald Clay dos Santos Ericeira
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
Seropédica, Rio de Janeiro, Brasil
E-mail: ronsalg@bol.com.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-4890-9881

Resumo: As relações bilaterais entre Brasil e Noruega, na área do meio ambiente, tornaram-se intensas no início do século XXI. O recorte temporal desta pesquisa abrange os primeiros governos Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e a presidência de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022). O período de 2003 a 2010 foi marcado por convergência entre os dois países na área ambiental, porém, a partir de 2019, tais relações bilaterais foram perpassadas por tensões e conflitos. A Noruega foi a maior doadora do Fundo Amazônia entre 2009-2019, tendo cancelado suas doações durante o governo Bolsonaro. A hipótese da pesquisa é que houve mudança de programa nas relações entre os países (alterações nos métodos ou nos meios pelos quais problemas são resolvidos pela política externa) entre os países citados. Isso ocorreu em decorrência das visões

de mundo divergentes dos formuladores da política ambiental brasileira dos dois primeiros governos Lula e a administração de Bolsonaro. Em termos metodológicos, foram empregadas as seguintes técnicas de coleta e de análise de dados: revisão bibliográfica acadêmica, exame de fontes primárias e de material publicado na imprensa. O marco teórico calcou-se em autores que examinam o impacto das ideias sobre a política externa. Na análise dos resultados, percebe-se que o período de maior aproximação entre Brasil e Noruega ocorreu quando o Brasil adotou uma postura ativa em matéria ambiental, ao passo que a defesa no governo Bolsonaro de teses negacionistas acarretou o tensionamento dessas relações bilaterais na área ambiental.

Palavras-Chave: Brasil; Noruega; Meio Ambiente.

Abstract: Bilateral relations between Brazil and Norway in the area of the environment became intense at the beginning of the 21st century. The time frame of this research covers the first Luís Inácio Lula da Silva governments (2003-2010) and the presidency of Jair Messias Bolsonaro (2019-2022). The period from 2003 to 2010 was marked by convergence between the two countries in the environmental area, but from 2019 onwards, such bilateral relations were permeated by tensions and conflicts. Norway was the largest donor to the Amazon Fund between 2009-2019, having canceled its donations during the Bolsonaro government. The hypothesis of the research is that there was a change of program in relations between countries (changes in the methods or means by which problems are solved by foreign policy) between the countries mentioned. This occurred due to the divergent worldviews of the Brazilian environmental policy formulators of the first two Lula governments and the Bolsonaro administration. In methodological terms, the following data collection and analysis techniques were employed: academic literature review, examination of primary sources and material published in the press. The theoretical framework was based on authors who examine the impact of ideas on foreign policy. In the analysis of the results, it is clear that the period of greatest rapprochement between Brazil and Norway occurred when Brazil adopted an active stance on environmental issues, while the Bolsonaro government's defense of negationist theses led to the tension of these bilateral relations in environmental field.

Keywords: Brazil; Norway; Environment.

Resumen: Las relaciones bilaterales entre Brasil y Noruega en el área del medio ambiente se hicieron intensas a principios del siglo XXI. El marco temporal de esta investigación abarca los primeros gobiernos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) y la presidencia de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022). El período de 2003 a 2010 estuvo marcado por la convergencia entre los dos países en el área ambiental, pero desde 2019, estas relaciones bilaterales han estado permeadas por tensiones y conflictos. Noruega fue el mayor donante del Fondo Amazonía entre 2009-2019, habiendo cancelado sus donaciones durante el gobierno Bolsonaro. La hipótesis de la investigación es que hubo un cambio de programa en las relaciones entre los países (cambios en los métodos o medios por los cuales los problemas son resueltos por la política exterior) entre los países mencionados. Esto ocurrió debido a las visiones del mundo divergentes de los formuladores de la política

ambiental brasileña de los dos primeros gobiernos de Lula y del gobierno de Bolsonaro. En términos metodológicos, se emplearon las siguientes técnicas de recopilación y análisis de datos: revisión de la literatura académica, examen de fuentes primarias y material publicado en la prensa. El marco teórico se basó en autores que examinan el impacto de las ideas en la política exterior. En el análisis de los resultados, queda claro que el período de mayor acercamiento entre Brasil y Noruega ocurrió cuando Brasil adoptó una postura activa en cuestiones ambientales, mientras que la defensa de tesis negacionistas por parte del gobierno Bolsonaro provocó una tensión en estas relaciones bilaterales en ámbito medioambiental.

Palabras clave: Brasil; Noruega; Medio Ambiente.

Recebido em: 08/02/2023

Aceito em: 25/09/2023

INTRODUÇÃO

As relações entre Brasil e Noruega tornaram-se mais intensas a partir do início do século XXI. Antes desse período, os países haviam negociado alguns acordos nas áreas do comércio de celulose, psicultura e transporte marítimo. No primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), houve um célere aprofundamento dessa cooperação bilateral, em diversos setores, tais quais: meio ambiente, direitos humanos, energia (petróleo e gás), além do aumento do fluxo comercial, o qual estimulou a criação da Câmara de Comércio Brasil – Noruega, situada em Oslo. Nesse transcurso, o Brasil passou a ocupar o terceiro posto no recebimento de investimentos noruegueses, atrás somente das União Europeia e dos Estados Unidos. Aliás, no campo econômico, na primeira década do século XXI, o Brasil consolidou-se como o mais importante parceiro comercial norueguês na América Latina. Do mesmo modo, a Noruega passou a ser o principal mercado de destino das exportações brasileiras para os países nórdicos. Em 2011, havia 135 empresas norueguesas operando no Brasil, das quais 94 estavam instaladas efetivamente no país (GUIMARÃES, 2011; COSTA, 2017).

Especificamente, na esfera ambiental, durante o segundo governo Lula (2007-2010), aconteceu a assinatura do Memorando de entendimento em relação ao aquecimento global, à proteção da biodiversidade e ao fortalecimento do desenvolvimento sustentável entre os dois países em tela (GUIMARÃES, 2011). Nesses termos, o adensamento das relações comerciais e a parceria no âmbito do meio ambiente fizeram com que o próprio governo norueguês tornasse público um documento, em 2011, destacando a relevância das relações amistosas com o Brasil, no qual ressaltou as áreas prioritárias dessa colaboração bilateral, quais sejam: cooperação entre os respectivos setores privados em comércio e investimento; desafios globais; ampliação do diálogo em políticas ambientais e climáticas; intercâmbios de conhecimento e de experiências em desenvolvimento social (REGJERINGEN, 2011).

No entanto, no decorrer do governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), as relações entre os dois países passaram a ficar tensionadas, principalmente no que tange ao descontentamento do governo norueguês às diretrizes da política ambiental brasileira. Assim, os avanços obtidos nessa parceria estratégica ao longo do século XXI foram colocados em xeque a partir da gestão Bolsonaro (NOTÍCIAS UOL, 2019b).

É oportuno frisar que malgrado a parceria com Noruega tenha se tornado estratégica para o Brasil nas últimas duas décadas, essa relação bilateral ainda tem despertado pouco interesse dos analistas da Política Externa Brasileira (PEB). Excetuando documentos produzidos pelo Itamaraty, a literatura sobre essa temática ainda é incipiente, justificando a importância

desta pesquisa. Outrossim, a escolha dos dois governos supracitados, para examiná-los comparativamente, pautou-se no fato de os dois primeiros governos Lula serem apontados como o período de maior convergência com o governo norueguês, enquanto essa relação atingiu sua maior crise no governo Bolsonaro. Em síntese, o que propomos aqui é um exercício de Política Externa Comparada, em que se analisa a PEB do período Lula (2003-2006 e posteriormente 2007-2010) e a de Bolsonaro (2019-2022) no que tange às relações bilaterais com a Noruega, tendo como foco a área ambiental.

Nesses termos, apresentamos os principais questionamentos desse artigo: tendo como parâmetro comparativo os dois primeiros governos Lula e a gestão presidencial de Bolsonaro, houve mudanças nas relações entre Brasil e Noruega na parceria estratégica do meio ambiente? Se sim, quais foram as principais causas para essas mudanças? Como essas modificações impactaram as relações entre Brasil e a Noruega especificamente na questão ambiental?

Nossa hipótese é que houve uma mudança de objetivos nessa relação bilateral decorrente do fato de os formuladores e tomadores de decisão da PEB de ambos os governos terem visões de mundo distintas acerca do meio ambiente e da inserção internacional do Brasil. Buscando dissertar sobre os questionamentos acima e avaliar a validade dessa hipótese, recorremos à literatura sobre mudanças em política externa sobretudo as voltadas para as imbricações entre as ideias e a gestão da política externa. Além disso, foram buscados materiais acadêmicos e fontes primárias acerca das políticas ambientais dos dois primeiros governos Lula e da presidência de Bolsonaro, visando analisar como essas políticas impactaram as relações entre Brasil e Noruega no recorte temporal supracitado.

A MUDANÇA EM POLÍTICA EXTERNA

A argumentação teórica desse artigo buscou calcar-se em uma bibliografia que fornecesse fundamentos críticos, a fim de examinar as mudanças de rumo na política externa. Nesse sentido, rastreamos diferentes instrumentais teóricos e metodológicos que pudessem ser úteis à compreensão analítica tanto dos diversos tipos de alteração que podem acontecer na formulação e na execução de uma política externa, quanto na identificação das possíveis fontes apontadas pela literatura especializada, para que aconteçam modificações na condução de uma política externa.

Assim, a prioridade analítica inicial foi construir um marco teórico que permitisse incorporar os principais tipos de mudanças que podem ocorrer em uma política externa, bem como

fundamentá-lo a partir do argumento de que essas mudanças são decorrentes principalmente, mas não exclusivamente, das visões de mundo dos formuladores de política externa, as quais nessa pesquisa referimos à brasileira. O propósito desse marco teórico foi explicar que as visões de mundo dos *policymakers* dos dois primeiros governos de Lula eram diferentes daquelas do governo Bolsonaro. Isso posto, analisamos o que conduziu às mudanças na parceria estratégica entre Brasil e Noruega na questão ambiental. Nessa perspectiva, duas proposições teóricas se destacam na construção de nossa argumentação conceitual, a saber: Hermann (1990) e a literatura sobre os impactos das ideias sobre a política externa.

Em seu já clássico estudo, Hermann (1990) argumenta que a transformação é uma qualidade fundamental de uma política externa. Em sua ótica, a mudança em política externa pode ser observada a partir de quatro grandes eixos: mudanças de ajuste, mudança de programa, mudança de objetivos e mudança na orientação internacional. A *mudança de ajuste* ocorre no nível do esforço (maior ou menor) ou no refinamento de objetivos a serem alcançados. Nesse nível, o que é realizado, como é realizado e os objetivos da política externa não são alterados. A *mudança de programa* consiste em alterações nos métodos ou nos meios pelos quais objetivos ou problemas são resolvidos ou alcançados pela política externa. É relevante notar que enquanto no eixo de ajuste a mudança é mais quantitativa, a mudança de programa é mais qualitativa, porque envolve novos instrumentos para se atingir os objetivos da política externa, os quais permanecem inalterados. A *mudança de problema ou de objetivos* implica que o problema inicial, que direcionava a política externa anterior, foi substituído ou abandonado. Por seu turno, a *mudança de orientação internacional* é o mais extremo redirecionamento de uma política externa, visto implicar uma completa reorientação do país perante a ordem mundial, já que passa a assumir um novo papel como ator internacional (HERMANN, 1990, p. 5-6).

No que tange às possíveis fontes de transformações em política externa, a literatura especializada aponta diversas possibilidades de investigação: a *burocracia* da tomada de decisão; *choques externos* (guerras, crises financeiras, epidemias, colapsos energéticos, etc.).; *altercação de líderes* de governo; *a complexificação da política externa como política pública de governo*; *a modificação dos interesses da elite política*, entre outros fatores (MORAVCSIK, 1997; HILL, 2003; MILANI e PINHEIRO, 2013). No caso específico brasileiro, o fato de o país ser uma república presidencialista, ainda que a sua governança funcione por meio de coalizões político-partidárias, a figura do presidente é variável-chave para reformular ou mudar o curso de uma política externa (SARAIVA e ALBURQUERQUE, 2022).

Todavia, para os propósitos deste artigo, focaremos nas contribuições de Judith Goldstein e Robert Keohane (1993) sobre como as ideias impactam a política externa. Seus argumentos principais são que as ideias influenciam a política externa, quando crenças causais ou princípios incorporados pelos sujeitos fornecem mapas mentais que aumentam a clareza dos atores sobre objetivos e relações entre meios e fins, os quais afetam os resultados da política externa.

Em outras palavras, os autores sugerem que as ideias assim como os interesses têm peso causal na explicação da ação humana. Ademais, Goldstein e Keohane (1993, p 7-8) destacam três tipos de crenças que ocupam o cerne de suas reflexões, quais sejam: visões de mundo, princípios (*pricipled beliefs*) e crenças causais. Esses conceitos lhes permitiram esboçar três padrões pelos quais as ideias afetam a política, a saber: fornecendo mapas cognitivos causais ou pautados em princípios; afetando estratégias quando não há um único caminho a ser seguido; ou tornando-se institucionalizadas.

No trato das visões de mundo, essas são ideias que definem o universo de possibilidade do ator para a ação. Elas estão embutidas no simbolismo da cultura e afetam profundamente modos de pensar e de discursar. As visões de mundo não são puramente normativas, podendo incluir noções de cosmologia, ontologia, assim como ética. Elas também estão entrelaçadas com concepções de identidade, emoções profundas e lealdade (GOLDSTEIN e KEOHANE, 1993).

Por seu turno, os princípios consistem em ideias normativas que configuram critérios para distinguir o certo do errado, o justo do injusto. A mudança nos princípios, tal qual na visão de mundo, tem impacto sobre a ação política. Quanto às crenças causais, estas são ideias sobre relações de causa e efeito e são derivadas de autoridades ou de consenso compartilhado por uma elite reconhecida, seja anciões de uma aldeia, seja cientistas mais velhos de uma instituição legitimada. Tais crenças fornecem guias sobre como os atores podem atingir seus objetivos (GOLDSTEIN e KEOHANE, 1993).

Após esses esclarecimentos teóricos, na seção seguinte, vamos utilizar metodologicamente os pressupostos de Goldstein e Keohane, para compreender os impactos das ideias sobre as duas primeiras administrações de Lula e a gestão de Bolsonaro, focando nas visões de mundo dos principais influenciadores e tomadores de decisão desses dois governos no que concerne ao meio ambiente e à política externa.

CC BY NC SA

A POLÍTICA EXTERNA E A QUESTÃO AMBIENTAL NOS DOIS PRIMEIROS GOVERNOS DE LULA E A PRESIDÊNCIA DE BOLSONARO

No primeiro momento deste tópico, iremos comparar as ideias vigentes da diplomacia brasileira nos dois primeiros governos Lula e na gestão Bolsonaro, que serão examinadas como variáveis independentes, que tiveram impacto na gestão das políticas externa e ambiental de seus respectivos governos (variáveis dependentes). De antemão, salientamos que o que chamamos das ideias condutoras de uma política governamental são as visões de mundo compartilhadas pelo *inner circle* dos dois presidentes, que lhes ajudaram a formar seus respectivos mapas cognitivos e influenciaram na condução das tomadas de decisão governamental (GOMES, 2016). No caso desses dois governos, recorremos estrategicamente àquilo que a literatura acadêmica já registrou como as principais ideias basilares das administrações de Lula e de Bolsonaro.

O MAPA COGNITIVO DO GOVERNO LULA: PEB E MEIO AMBIENTE

O primeiro fator a destacar no que tange à visão de mundo da política externa dos governos Lula (2003-2010) é o papel do Brasil no mundo. O país era visto como um país em desenvolvimento e uma futura potência. Nessa perspectiva, as ações da PEB tinham que ser correspondentes com essa percepção de mundo. Assim, houve uma maior ênfase e ousadia na política externa com uma presença mais assertiva no cenário internacional. Vislumbrando um Brasil grande e plural, havia a ambição de o país se tornar internacionalmente um ator de maior peso, com a disposição de assumir crescentes responsabilidades no ambiente externo, atuando como um *global player* (VIGEVANI E CEPALUNI, 2007; HIRST *et al*, 2010).

Outro aspecto característico do mapa cognitivo dos dois primeiros governos Lula foi a crítica construtiva à globalização. Esta era vista como assimétrica e prejudicial ao país, fator que levou o Brasil a adotar em sua política externa a busca por uma ordem mundial menos desigual e mais solidária. Nesse governo, havia a ideia de que o projeto de nação não poderia ser posto de lado devido à forma como os países ricos estavam conduzindo a globalização. Essas visões de mundo direcionavam o país tanto para uma maior defesa dos mecanismos multilaterais quanto para uma atuação solicitante de uma diminuição das disparidades internacionais

CC BY NC SA

Outrossim, a PEB de Lula (2003-2010) foi classificada pelos analistas acadêmicos como pautada na "autonomia pela diversificação", já que houve a procura pela ampliação de parceiros comerciais e estratégicos. Assim, o Brasil se voltou para o sul global sem tirar a importância da relação que mantinha com países desenvolvidos. Dentro desta linha estratégica, o Brasil lançou ações no âmbito da cooperação Sul -Sul como o G-20, o IBAS, o BRICS, além de aproximar-se dos países africanos e árabes, por exemplo (SPEKTOR, 2014). Esses grupos ressaltaram a ênfase dada ao multilateralismo no governo Lula, cujo propósito era revisar as regras internacionais, de modo que se tornassem mais favoráveis aos países em desenvolvimento (PEREIRA, 2011).

Quanto à visão de mundo preponderante sobre o meio ambiente durante os dois primeiros governos Lula, frisamos que o Brasil, até 2005, foi considerado um agente conservador em questões climáticas, visto seu paradigma econômico ser hiper intensivo em carbono e o país emitir alto índice de Gases de Efeito Estufa (GEE), que colaboram para o aquecimento global, tais quais: dióxido carbônico, metano e óxido nitroso. As elevadas taxas de GEE produzidas pelo Brasil eram sobretudo em razão de desmatamento e de queimadas ilegais, principalmente nas regiões do Cerrado e no lado leste da Amazônia. Ademais, em foros mundiais, o Brasil defendia os seguintes princípios: o desenvolvimento como componente fundamental da ordem mundial; a recusa da regulação internacional do manejo de florestas; a interpretação radical do debate sobre as "responsabilidades comuns, porém diferenciadas", advogando que os países industrializados deveriam ter compromissos maiores com a redução da emissão de GEE do que as nações mais pobres ou em desenvolvimento (PIVETTA, 2021; VIOLA e FRANCHINI, 2013).

No entanto, no decorrer dos dois primeiros governos Lula, o Brasil passou paulatinamente a exercer o papel de reformista moderado, pautado em quatro pilares: compromisso com redução de GEE; redução do desmatamento; adoção de políticas climáticas e maior flexibilidade nas negociações globais de mudança climática. É oportuno destacar que a literatura aponta o período de 2005 a 2010 como o período de maior ativismo climático do Brasil. As razões para essa postura progressista em matéria ambiental foram resultantes da melhora significativa das condições econômicas e das atuações exitosas de Marina Silva e de Carlos Minc, como ministros do Meio Ambiente (VIOLA e FRANCHINI, 2013).

Nesse contexto, houve o fortalecimento da legislação ambiental doméstica, criação de parques nacionais e unidades de conservação, bem como a diminuição de áreas degradadas por queimadas. Além disso, o país também aprovou a Lei do Clima (2009), que previa modernizar o país em termos de uso sustentável do meio ambiente em três áreas: uso da terra, agropecuária e energia. Os avanços do período foram tão significativos que o Brasil foi inserido

no seleto grupo de países (União Europeia, Japão, Coreia do Sul, Suíça e Noruega), que haviam internalizado a questão climática em sua arquitetura jurídica, tornando-se referência no mundo em questão ambiental (VIOLA e FRANCHINI, 2013; PEREIRA e VIOLA, 2019).

Nesse sentido, durante os dois primeiros governos de Lula (2003-2010), o Brasil se tornou um agente mais comprometido com a governança global do clima, abandonado tanto a posição de vilão ambiental quanto sua postura conservadora, e assumindo uma atitude mais proativa nos debates acerca do desenvolvimento sustentável. Ademais, os governos locais da região amazônica e uma parte significativa do empresariado nacional também agiram, para que o Brasil adotasse uma posição mais progressista na questão ambiental, tendo maior comprometimento com o combate ao desmatamento e à emissão de GEE. A propósito, o abandono parcial da postura de evitar que o uso das florestas fosse objeto de qualquer regulação internacional teria sido a principal alteração do posicionamento brasileiro nesse período (VIOLA e FRANCHINI, 2013).

Igualmente, nesse momento, foi criado o Fundo Amazônia, em 2008, com o objetivo de prevenir e combater o desmatamento e investir em projetos destinados a conservação e uso sustentável na Amazônia legal e em outros países tropicais (Decreto 6527- 2008). Um aspecto relevante é que o BNDES é o gestor do Fundo Amazônia, que pode captar recursos de empresas nacionais e multinacionais e receber doações de ONGS, pessoas físicas, instituições multilaterais e de governos estrangeiros. É oportuno ainda ressaltar que havia um Comitê Orientador, composto por representantes do governo federal, de estados da Amazônia e da sociedade civil, que auxiliava na gestão administrava e financeira do Fundo (GUIMARÃES, 2011).

O Fundo Amazônia investia prioritariamente nos seguintes tipos de projetos: promoção consistente e contínua da taxa de desmatamento; uso sustentável da floresta; redução das emissões de GEE por desmatamento; valorização da floresta em alternativa à exploração da terra. Cabe também acrescentar que desde a sua criação, esse fundo teve três principais doadores: a Petrobrás, a Alemanha e a Noruega, sendo esta última responsável por quase 90% das doações ao Fundo Amazônia (MARIN e SILVA, 2019). Em efeito, conforme dados disponibilizados no próprio portal eletrônico do BNDES, em dez anos (2009-2019), a Noruega fez doações no valor de US$ 1.212.378.452,36; a Alemanha contribuiu com US$ 68.143.672,60, enquanto a Petrobrás doou US$ 7.713.253,30, para o Fundo Amazônia (BNDES, 2021).

Por fim, destacamos que a política ambiental dos dois primeiros governos Lula esteve atrelada à sua política externa. A diplomacia usou tanto o adensamento da cooperação Sul-Sul quanto o poder de barganha junto às noções mais ricas, para fazer valer sua visão de mundo sobre a questão do meio ambiente. Nessa área, a PEB empreendeu esforços para associar a

necessidade de desenvolvimento com a noção de uso racional dos recursos naturais por todas as nações. Em síntese, o tema ambiental foi articulado na política externa desse período como forma de empenhar-se pela construção de uma nova ordem mundial, que deveria ser sustentável, multilateral, menos assimétrica e pautada em instituições democráticas (VIZENTINI e SILVA, 2010).

O MAPA COGNITIVO DO GOVERNO JAIR BOLSONARO: POLÍTICA EXTERNA E MEIO AMBIENTE

Em se tratando do mapa cognitivo do governo Bolsonaro, a bibliografia acadêmica aponta que os principais influenciadores dessa administração compartilhavam a ideologia antiglobalista e anticomunista difundida pelo pensador Olavo de Carvalho. Entre as teses defendidas por esses agentes políticos estavam a retomada dos "valores ocidentais" e a defesa do cristianismo, como parte do combate ao globalismo (SARAIVA e SILVA, 2019). Em outras palavras, Jair Bolsonaro esteve engajado em uma cruzada para trazer Deus, a nação e a família tradicional de volta ao cenário político. Sua estratégia principal era reconstruir a política brasileira e a inserção internacional do país pautando-se em uma mistura de nacionalismo, proselitismo religioso e rejeição ao comunismo. Assim, houve uma condenação ao multilateralismo em detrimento de uma advocacia dos interesses nacionais, ainda que estes não tenham sido esclarecidos, nem na campanha presidencial, nem na condução de sua política governamental (CHAGAS-BASTOS; FRANZONI, 2019; CASARÕES, 2020).

Na ótica dos ideólogos desse governo, os principais defensores do globalismo seriam os adeptos do marxismo cultural, os governos de esquerda e os ecologistas, que advogam a tese do climatismo. Acrescentamos que a visão de mundo do governo Bolsonaro conduziu o país a um alinhamento retórico com o populismo de extrema-direita, isto é, esse posicionamento político fez com que houvesse uma aproximação do Brasil com outros líderes conservadores e ultranacionalistas, tais quais: Donald Trump, dos Estados Unidos; Viktor Orbán, da Hungria e Benjamin Netanyahu, de Israel, apenas para citar alguns exemplos (CASARÕES, 2020).

O mapa cognitivo presente no governo Jair Bolsonaro impactou na condução de sua política externa, ao ponto de muitos acadêmicos e especialistas a considerarem como a mais controversa na História do Brasil. Isso porque agindo para coadunar sua política externa com a sua visão de mudo, seu governo acabou por estremecer algumas linhas históricas de ação do Itamaraty, que inclusive foi acusado de conduzir uma diplomacia pautada em mitos conspiratórios. À guisa de exemplo, a literatura aponta o redirecionamento internacional do Brasil

CC BY NC SA

em algumas matérias, tais quais: mudança de posicionamento nos fóruns internacionais de direitos humanos; pouco engajamento com o Mercosul; críticas duras ao multilateralismo feitas pelo então chanceler Ernesto Araújo; posição contrária às teses da proteção ambiental e do aquecimento global (ALMEIDA, 2019; GUIMARÃES, OLIVEIRA e SILVA, 2021; MAGALHÃES e THOMAZ, 2021; PINHEIRO e SANTOS, 2022).

Todavia, cabe ressaltar que a política externa de Bolsonaro foi perpassada por uma tensão constante entre ideólogos e pragmáticos. No primeiro grupo, estavam aqueles já citados defensores das teses conspiratórias do olavismo e da ideologia conservadora de extrema-direita, enquanto os pragmáticos atuavam para que as declarações dos ideólogos não prejudicassem o agronegócio brasileiro e nem as relações do Brasil com parceiros comerciais estratégicos, como a China, a União Europeia e os países árabes (SARAIVA e SILVA, 2019).

Do mesmo modo, é oportuno frisar que a visão de mundo conservadora, nacionalista e negacionista dos ideólogos do governo Bolsonaro influenciou diretamente a política ambiental colocada em prática por esse governo. No início da campanha presidencial, por exemplo, ele ameaçava abandonar o Acordo de Paris, caso fosse eleito. Embora a ala pragmática o tenha demovido dessa pretensão, seu governo teve uma postura autofágica, com a erosão de alicerces institucionais do Ministério do Meio Ambiente (PINHEIRO e SANTOS, 2022).

A alteração nos rumos da política ambiental brasileira foi empreendida por esse governo logo no início do mandato de Bolsonaro, quando foram nomeados Ernesto Araújo e Ricardo Salles respectivamente para os cargos de ministros das Relações Exteriores e do Meio Ambiente. Cabe relembrar que, em 2018, Ernesto Araújo, então um diplomata do segundo escalão do Itamaraty, afirmou em seu blog “Metapolítica Brasil”, que a relação entre a emissão de GEE e o aquecimento global não passava de uma “ideologia climática” esquerdista. Em suas palavras,

> “A esquerda sequestrou a causa ambiental e a perverteu até chegar ao paroxismo, nos últimos 20 anos, com a ideologia da mudança climática, o climatismo. O climatismo juntou alguns dados que sugerem uma correlação do aumento de temperaturas com o aumento da concentração de CO2 na atmosfera, ignorou dados que sugerem o contrário, e criou um dogma ´científico´ que ninguém mais pode contestar sob pena de ser excomungado da boa sociedade – exatamente o contrário do espírito científico. Esse dogma vem servindo para justificar o aumento do poder regulador dos Estados sobre a economia e o poder das instituições internacionais sobre os Estados nacionais e suas populações, bem como para sufocar o crescimento econômico nos países capitalistas democráticos e favorecer o crescimento da China” (ARAÚJO, 2018, s/p).

Por sua vez, a nomeação de Salles implicou no enfraquecimento da agenda ambiental doméstica e na fragmentação institucional do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Durante a sua gestão, por meio de medida provisória, aconteceu, por exemplo, a transferência da Agência Nacional de Águas do MMA para o Ministério do Desenvolvimento Regional. Além disso, houve o esvaziamento do CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente) e o Departamento de Educação Ambiental do MMA deixou de existir. Nessa mesma linha autofágica, o Serviço Florestal Brasileiro e o Cadastro Ambiental Rural (CAR) passaram a ser geridos pelo Ministério da Agricultura (FERREIRA *et al*, 2021).

Ademais, a deslegitimação da política ambiental e de suas regras tiveram um especial foco na questão da fiscalização dos agentes federais ambientais. O governo Bolsonaro questionava o valor das multas contra crimes ambientais. Nessa visão de mundo, a 'indústria das multas' prejudicava e mesmo retardava o avanço do desenvolvimento nacional. Acrescentamos que o enfraquecimento da política ambiental no governo Bolsonaro também se materializou com a redução e o pouco uso do orçamento da União para o Ministério do Ambiente. O MMA gastou menos de 1% da verba anual prevista para a proteção da biodiversidade e para o combate às mudanças climáticas durante o governo de Jair Bolsonaro (JORNAL DO CAMPUS DA USP, 2020; BRASIL DE FATO, 2021).

Vale sinalizar que o governo Bolsonaro também atuou para modificar a governança da política ambiental brasileira em relação às gestões federais anteriores. Diversas medidas foram adotadas com intuito de diminuir a participação das ONGs e da sociedade civil em geral no controle das regras ambientais (PEREIRA e VIOLA, 2021).

O negacionismo climático, a desqualificação do trabalho dos fiscais do IBAMA e a erosão da legislação ambiental nacional resultaram no aumento do desmatamento e das queimadas da região amazônica. Os dados coletados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) mostravam que cerca de 10.129 km2 de floresta tinham sido desmatados entre agosto de 2018 e 2019, sendo o maior índice desde 2008, representando um aumento de 34,4% de desflorestamento na Amazônia, em comparação com o período entre agosto de 2017 e julho de 2018. Por seu turno, em 2020, a taxa de desmatamento por corte raso para os nove estados da Amazônia Legal foi de 10.851 km2 (PEREIRA e VIOLA, 2021).

Para além do prejuízo ecológico, as mudanças implementadas pelo governo Jair Bolsonaro na política ambiental acarretaram significativas perdas humanas e econômicas. Isso porque, em agosto de 2021, o Painel Internacional sobre Mudanças Climáticas (IPCC) divulgou um relatório com atualizações sobre a emergência climática global. Essas informações foram particularmente alarmantes para o Brasil. Eram esperados consequências, como: o atraso dos

CC BY NC SA

ciclos de chuva, seca, desertificação e comprometimento de safras. Na Amazônia, as projeções eram de que a temperatura média aumentasse 2ºC, acima do 1,5ºC que o Acordo de Paris estabelecia como meta máxima desejável. Com isso, a tendência era que ao menos 150 dias por ano tivessem temperatura acima de 35º C na região, contribuindo para o aumento a velocidade da propagação de queimadas e, portanto, colocando em perigo a vida de populações indígenas, ribeirinhas, além de destruir a biodiversidade nacional (LATINO AMERICA 21, 2021).

A propósito, o fato de o governo Bolsonaro não ter combatido os incêndios na floresta amazônica e ter debilitado a política ambiental brasileira levou a fortes reações internacionais, principalmente da União Europeia, cujos principais líderes fizeram diversas declarações, tais quais: "Brasil era uma ameaça maior que o Irã ou a China" ou ainda "quem invadiria o Brasil para salvar a Amazônia?". Além dessas apreciações negativas, os dirigentes desse bloco regional travaram o avanço das negociações do acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia, em razão do descaso brasileiro com a questão ambiental (SARAIVA e SILVA, 2019).

No entanto, apesar das críticas internacionais, esse governo não retrocedeu em sua política ambiental. Aliás, Bolsonaro atacou os europeus em discurso na ONU, acusando-os de mentalidade colonialista e condenando o que chamou de tentativa de instrumentalização da questão ambiental para interesses políticos e econômicos, especialmente os disfarçados de boas intenções (CASARÕES, 2020). Em efeito, como veremos a seguir, a política ambiental de Jair Bolsonaro conduziu o país também a tensionar suas relações com a Noruega.

COMPARANDO AS RELAÇÕES BILATERAIS NA ÁREA AMBIENTAL ENTRE BRASIL E NORUEGA NOS DOIS PRIMEIRO GOVERNOS LULA E O DE JAIR BOLSONARO

No transcurso do governo Lula (2003-2010), conforme já sinalizado, Brasil e Noruega foram exitosos em estabelecer a questão do meio ambiente como um dos setores estratégicos de suas relações. Nesse artigo, o setor estratégico é entendido como aquele que decorre de uma parceria em determinadas esferas, nas quais dois países têm interesses comuns, podendo compartilhar saberes e práticas e nutrem a expectativa de uma cooperação de longo prazo, benéfica, para ambos os países (GUIMARÃES, 2011, p.97).

A Noruega assumiu uma diplomacia de nicho nessa área desde a década de 1970, devido, entre outros fatores, à sua condição geográfica, suscetível às mudanças climáticas, à elevação do nível dos oceanos e ao derretimento do gelo ártico (COSTA, 2017). Ademais, esse país

nórdico contribuiu com a governança global climática por meio da consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável, defendido no Relatório Brundtland (LAGO, 2006).

No trato das relações bilaterais, no primeiro ano do governo Lula, aconteceu a visita de estado ao Brasil do Rei Harald V e da Rainha Sonja, abrindo novo capítulo na relação entre os dois países. O casal real foi acompanhado por alguns ministros noruegueses: Negócios Estrangeiros, Comércio e Indústria, Petróleo e Energia e Meio Ambiente. A visita teve um caráter diplomático, mas também conferiu apoio às empresas norueguesas instaladas no Brasil (GUIMARÃES, 2011).

Do mesmo modo, em 2007, Lula realizou a primeira visita de estado de um governante brasileiro à Noruega. A visita refletiu, segundo o Itamaraty, a ampliação da agenda diplomática e a convergência de interesses entre os dois países, além de consolidar a posição brasileira como o parceiro mais importante da Noruega na América Latina. Outrossim, ainda em 2007, a então Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, encontrou-se em Oslo com o Ministro norueguês do Meio Ambiente e da Cooperação Internacional. Ambos desempenharam papel de protagonistas na Conferência de Bali sobre mudanças climáticas em 2008 (GUIMARÃES, 2011).

Esse intercâmbio de visitas governamentais e os encontros entre os representantes da alta cúpula administrativa dos dois países ajudaram a alicerçar um diálogo bilateral de alto nível. Nesse sentido, a diplomacia de nicho norueguesa e a decisão do governo de Lula de assumir uma postura menos conservadora do que os seus antecessores na temática ambiental possibilitaram o estreitamento das relações diplomáticas entre Brasil e Noruega. Assim, buscando a aprofundar a cooperação estratégica na questão ambiental, em 2008, como apontamos anteriormente, os dois países assinaram, conforme já sinalizado, o Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Temas Relacionados ao Combate ao Aquecimento Global, à Proteção de Biodiversidade e ao Fortalecimento do Desenvolvimento Sustentável (GUIMARÃES, 2011).

É oportuno destacar que o Fundo Amazônia, em seu documento constitutivo, explicita que a captação de recursos está condicionada à redução das emissões de gases de efeito estufa oriundas do desmatamento, ou seja, é preciso comprovar a redução do desmatamento na Amazônia para garantir a continuidade dos investimentos. Ademais, seu Comitê Orientador teria a atribuição de determinar as diretrizes e acompanhar os resultados obtidos no apoio a projetos financiados no âmbito do Fundo Amazônia (FUNDO AMAZÔNIA, 2022).

Outro resultado dessa parceria estratégica entre os dos países foi o projeto conjunto do INPE com o Centro Espacial da Noruega (NSC) que, desde 2008, estabeleceu um intercâmbio

binacional de conhecimentos em tecnologia de monitoramento remoto, com ênfase nas áreas de floresta. Em 2010, já havia duas esferas de cooperação em uma primeira fase de implementação: o sensoriamento da cobertura vegetal na Amazônia por ondas radar (L-band SAR) e uso das estações de recepção de sinais de satélites no arquipélago norueguês de Svalbard (SVALSAT) e na Antártida (TrollSat), as quais monitoram mudanças no clima global, a partir de informações recebidas, de maneira contínua, do polo Norte ao polo Sul (GUIMARÃES, 2011).

Todavia, comparativamente ao período dos dois primeiros governos de Lula (2003-2010), a gestão política ambiental do governo Bolsonaro tornou tensa a cooperação estratégica entre Brasil e Noruega na área ambiental, principalmente no trato dos repasses do país nórdico ao Fundo Amazônia. Em recapitulação, o negacionismo climático do governo Bolsonaro e seu pouco engajamento no combate à destruição florestal teve repercussão internacional bastante negativa.

Particularmente, o governo norueguês ficou insatisfeito com o aumento do desmatamento na região amazônica, que se acentuava gradualmente desde 2016 (TOSTES *et al,* 2021), bem como discordou publicamente por meio de notas diplomáticas da intenção do governo brasileiro em alterar as regras de funcionamento do Fundo Amazônia. O governo Bolsonaro pretendia empregar, por exemplo, parte da verba do Fundo Amazônia para o pagamento de indenização a proprietários rurais por desapropriação. Convém salientar que os desentendimentos bilaterais no trato do setor ambiental prosseguiram ao longo do primeiro ano do governo Bolsonaro (NOTÍCIAS UOL, 2019b)

Ademais, as declarações públicas do presidente Jair Bolsonaro e do então ministro Ricardo Salles dificultaram ainda mais as relações bilaterais dos dois países em matéria ambiental, vejamos algumas delas divulgados na imprensa brasileira: “Bolsonaro sugere à Noruega usar verba do Fundo Amazônia para reflorestar a Alemanha” (TERRA, 2019); ou ainda: “a Noruega não é aquela que mata baleia lá encima, no Polo Norte? Explora petróleo também lá? Não tem nada de dar exemplo a nós” (NOTÍCIAS UOL, 2019b); ou também, “Para Salles, a decisão norueguesa de suspender os repasses seria uma represália às mudanças na formação do Comitê Orientador do Fundo Amazônia”. (NOTÍCIAS UOL, 2019a).

O agravamento da tensão entre os países aconteceu ainda em 2019, quando o financiamento internacional do Fundo Amazônia foi interrompido pela Noruega devido à desregulamentação da política ambiental e ao ineficiente combate às queimadas da floresta amazônica. Aliás, o governo brasileiro, sem provas, havia acusado as ONGs protetoras ambientais de elas mesmas provocarem incêndios na região como forma de prejudicar a imagem internacional do presidente Bolsonaro. Estas acusações foram desmentidas posteriormente por diversos

organismos internacionais e por pesquisadores nacionais renomados na agenda ambiental (CASARÕES, 2019; FERREIRA *et al*, 2021)

A ala pragmática do governo Bolsonaro ensejou uma reaproximação diplomática com a Noruega e a retomada das doações ao Fundo Amazônia, mas tais tentativas não foram exitosas. À guisa de exemplo, em 2021, o vice-presidente Hamilton Mourão encontrou oficialmente o então embaixador norueguês no Brasil, Odd Magne Ruud, para tratar da reaproximação estratégica dos dois países. Todavia, o diplomata do país nórdico colocou exigências para a retomada da cooperação na área ambiental, quais foram: elaboração de plano concreto contra a deflorestação por parte do governo brasileiro e o respeito ao formato original do Comitê Orientador do Fundo Amazônia (BRAZILIAN REPORT, 2021).

O fato de governo Bolsonaro não atender as requisições norueguesas e nem alterar sua política ambiental fez com que o Ministro de Meio ambiente e Clima da Noruega declarasse que seu país apenas retomaria o financiamento do Fundo Amazônica, caso houvesse mudança de governo nas eleições presidenciais de outubro de 2022 (REUTERS, 2022). Efetivamente, após tomar como presidente do Brasil pela terceira vez, Lula, já em janeiro de 2023, adotou como uma das suas primeiras medidas em termos ambientais a retomada da parceira com a Noruega no que tange às doações desse país nórdico ao Fundo Amazônia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura especializada apenas recentemente tem dedicado maior atenção às mudanças em política externa. Esta, durante décadas, foi entendida como marcada pela continuidade. Importante ressaltar que os estudos voltados para as modificações em política externa apontam para sua múltipla causalidade e complexidade, sendo possível indicar fatores conjunturais e estruturais, tanto externos como domésticos, como variáveis independentes da política externa. Ciente da complexidade de analisar a PEB e sem nutrir a pretensão de esgotar a temática, o objetivo deste artigo foi examinar comparativamente as relações bilaterais entre Brasil e Noruega na área ambiental no transcurso dos dois primeiros governos Lula e da administração de Jair Bolsonaro, tendo como principal argumento analítico o papel das ideias como diretrizes da política externa e da política ambiental.

Assim, tomando como referência as proposições de Hermann (1990) e o material bibliográfico rastreado, é possível inferir que entre os dois governos comparados houve uma mudança de objetivos na condução da política externa brasileira no que tange às relações com a Noruega, particularmente no âmbito ambiental. Isso porque nesse setor estratégico *os obje-*

tivos da política externa do governo Lula (2003-2010) foram abandonados pela administração de Bolsonaro.

O governo Lula foi crítico da globalização e empreendeu esforços para revisar a ordem internacional. Sua estratégia foi ampliar a cooperação Sul-Sul e fortalecer o multilateralismo, na busca de um sistema internacional menos assimétrico e com possibilidades de os países em desenvolvimento terem suas demandas atendidas. A política ambiental do governo Lula esteve atrelada à essa política externa. O Brasil adotou uma postura menos refratária na área ambiental, como forma de atrair investimentos e como estratégia de barganha nos fóruns internacionais. Para isso, precisou empreender uma política climática que efetivamente reduzisse a emissão de gases de efeito estufa e combatesse a devastação na região da Amazônia e do Cerrado. Esta postura progressista possibilitou que Brasil e Noruega estabelecesse uma cooperação estratégica nessa área, inclusive o país nórdico foi o principal contribuinte dos projetos financiados pelo Fundo Amazônia.

Em contrapartida, os principais ideólogos do governo Bolsonaro eram antiglobalistas e combatiam o multilateralismo das organizações internacionais, que eram vistas como cooptadas pelo marxismo cultural. Nessa gestão, abandou-se também o foco na cooperação Sul-Sul e empreenderam-se esforços retóricos para se aproximar de governos considerados de extrema-direita. Na questão ambiental, o governo Bolsonaro conduziu o Brasil a reassumir uma postura conservadora, criticando principalmente as ONGs internacionais e os países europeus como possuidoras de mentalidade colonialista. Ademais, a gestão do Ministério do Meio ambiente foi autofágica, minando várias conquistas ambientais do país, que tinham acontecido nas últimas décadas, inclusive havendo um número recorde de queimadas e de derrubada de floresta nativa. Além disso, o governo Bolsonaro foi acusado de tentar alterar a gestão dos recursos do Fundo Amazônia, para beneficiar grileiros.

Nesse sentido, conforme sinalizado, as relações entre Brasil e Noruega, tiveram a maior convergência diplomática durante os dois primeiros governos Lula, com visitas recíprocas de chefes de Estado, aumento no comércio bilateral e na costura do memorando de entendimento em torno da questão climática, que resultou em parcerias entre o INPE e o NSC, além, é claro, do supracitado investimento bilionário da Noruega no Fundo Amazônia.

Todavia, no governo Bolsonaro, essas relações ficaram tensas principalmente pelo descontentamento do país nórdico com a política ambiental governamental. Após críticas mutualmente duras entre os dois países, em 2019, a Noruega interrompe suas doações para o Fundo Amazônia, prejudicando vários projetos em andamento que combatiam a devastação de florestas brasileiras.

CC BY NC SA

Nesse sentido, pare efeitos dos propósitos desse artigo, o que prevaleceu na administração Bolsonaro em relação à Noruega foi o seguinte: certo distanciamento diplomático e desentendimentos no que tange à condução da política ambiental brasileira à época e à gestão do Fundo Amazônia. A propósito, na presidência de Bolsonaro, a questão ambiental deixou de ser um setor estratégico nas relações entre os dois países.

Para finalizar, acreditamos que nossa hipótese inicial foi corroborada, posto que principal causa, mas não exclusiva, para essas mudanças de objetivos nessas relações estratégicas em torno da questão ambiental foi a modificação do mapa cognitivo dos condutores da política externa e ambiental dos governos aqui comparados. As ideias difundidas pelo governo Lula em termos de multilateralismo e de defesa da questão ambiental eram mais próximas das que defendiam a diplomacia de nicho norueguesa há décadas, enquanto o mapa cognitivo do governo Bolsonaro, com seus impactos nas políticas externa e ambiental, acabou modificando as relações entre Brasil e Noruega na área ambiental *vis-à-vis* os dois primeiros mandatos de Lula. Novos estudos empíricos sobre essa temática precisam prosseguir para reiterar ainda mais essa hipótese, principalmente, a partir de 2023, com o terceiro mandato presidencial de Lula.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto. **Miséria da diplomacia*:* a destruição da inteligência no Itamaraty**. Brasília: Edição do autor, 2019.

BRASIL DE FATO. **Política Ambiental do governo de Jair Bolsonaro**. Disponível em:< https://www.brasildefato.com.br/2022/02/07/com-bolsonaro-politica-ambiental-chegou-ao-fundo-do-poco-diz-ex-presidente-do-ibama> Acesso em 23 de junho de 2022.

BRAZILIAN REPORT. **Norway ambassador wants bolder environmental goals from Brazil**. Disponível em: <https://brazilian.report/liveblog/politics-insider/2021/10/18/norway-ambassador-environmental-goals/ >. Acesso em 01 de agosto de 2022.

BNDES. **Fundo Amazônia**. Disponível em: <https://www.fundoamazonia.gov.br>. Acesso em 20 de janeiro de 2021.

CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão. The First Year of the Bolsonaro's Foreign Policy. In: MORI, Antonella (org). **Latin America and the New Global Order: dangers and opportunities in a multipolar world**. Milão: Ledizione LediPublishing, 2020, p.81-109.

CHAGAS-BASTOS, Fabrício; FRANZONI, Marcela. **The Dumb Giant: Brazilian Foreign Policy under Jair Bolsonaro**. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2019/10/16/the-dumb-giant-brazilian-foreign-policy-under-jair-bolsonaro/> Acesso em 31 de julho de 2022.

COSTA, Antônio Rodolfo. **Um estudo exploratório sobre cooperação bilateral 'Brasil-Noruega' em ciência, tecnologia e inovação nos séculos XX e XXI.** Monografia, Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

FERREIRA, Julia; SANTOS, Larissa Rodrigues; SACRAMONI, Stefanie Altimare da Silva; VENEZUELA, Valentina Montserrat Treviño. **O Impacto Das Políticas Ambientais nas Relações Bilaterais Brasil -União Europeia: uma análise comparativa entre Lula (2003-2011) e Bolsonaro (2019-2020**), Trabalho de Conclusão de Curso, Relações Internacionais, Universidade São Judas Tadeu, 2021.

FUNDO AMANZÔNIA. **Projetos financiados pelo Fundo Amazônia**. Disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br> Acesso em 22 de julho de 2022.

GOLDSTEIN, Judith; KEOHANE, Robert. Ideas and Foreign Policy: an analytical framework. IN: GOLDSTEIN, Judith; KEOHANE, Robert (orgs). **Ideas & foreign policy: beliefs, institutions, and political changes**. Ithaca-London: Cornell University Press, 1993, p.3-30.

GOMES, Zimmer Bom. **Idiossincrasias do presidente na política externa: liderança do processo decisório, ideias e diplomacia presidencial de Lula**. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2016.

GUIMARÃES, Paulo Roberto Ribeiro. **Brasil-Noruega: construção de parcerias em áreas estratégicas.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

GUIMARÃES, Feliciano de Sá; OLIVEIRA E SILVA, Irma Dutra. **Far-right populismo and foreign policy identity: Jair Bolsonaro's ultra-conservatism and the new politics of alignment. International Affair,** 2021, p. 345-363.

HERMANN, Charles. **Changing course: when governments choose to redirect foreign policy. In International Studies Quaterly**. v.34 n.1, 1990, p.3-21.

HILL, Christopher. **The changing politics of foreing policy**. Londres: Palgrave Macmillan, 2003.

HIRST, Mónica.; LIMA, Maria Regina Soares; PINHEIRO, Letícia. **A Política Externa Brasileira em Tempos de Novos Horizontes e Desafios. Análise de Conjuntura OPSA**, n.12, 2010.

JORNAL DO CAMPUS DA USP. **Do início ao fim: o meio ambiente no governo Bolsonaro**. Disponível em: <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2020/11/do-inicio-ao-fim-o-meio-ambiente-no-governo-bolsonaro/> Acesso em 27 de junho 2022.

LAGO, André Aranha Correa. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo: o Brasil a as três Conferências Ambientais das Nações Unidas**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2006.

LATINO AMERICA 21. **O desmonte da política ambiental no governo Bolsonaro**. Disponível em <https://latinoamerica21.com/br/o-desmonte-da-politica-ambiental-no-governo-bolsonaro/2021> Acesso em 27 de junho de 2022.

MAGALHÃES, Diego Trindade D'ávila; THOMAZ Laís Forti. The Conspiracy-Myth Diplomacy: anti-globalism vs pragmatism in Bolsonaro's foreign policy for South American integration, **Oikos**, v. 20, n. 3, 2021, p. 52-73.

MARIN, Tany Ingrid Sagredo.; SILVA, Leidian Moura. Uma avaliação da eficácia operacional do Fundo Amazônia: um olhar crítico sob sua Gestão. X Colóquio Organizações, Desenvolvimento e Sustentabilidade, **Revista UNAMA**, v.10, 2019.

MILANI, Carlos Roberto Sanchez; PINHEIRO, Letícia. Política Externa Brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. **Contexto Internacional**, v.35, n.1, 2013, p. 11-41.

NOTÌCIAS UOL. **Salles nega desmonte e culpa Noruega por paralisação do Fundo Amazônia.** Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2019/10/23/nao-houve-desmonte-ambiental-neste-governo-nos-herdamos-diz-salles-ao-stf.html> Acesso em 12 de janeiro de 2022a

NÒTICIAS UOL. **Bolsonaro sobre a Noruega**. Disponível em: <https://www.noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2019/08/15/bolsonaro-sobre-noruega-nao-e-aquela-que-mata-baleia-e-explora-petroleo.html> Acesso em 19 de fevereiro de 2022b.

PEREIRA, Joana Castro; VIOLA, Eduardo. Brazilian climate policy (1992–2019): an exercise in strategic diplomatic failure, **Contemporary Politic**, 2021.

PINHEIRO, Letícia; SANTOS, Leandro Wolpert. O Itamaraty na política externa do governo Bolsonaro. **Le Monde Diplomatique Brasil**, fev, 2022, p.6-7.

PIVETTA, Marcos. Amazônia perde o gás. **Revista Fapesp**, n. 306, 2021.

PORTAL G1. **Noruega suspende repasse de R$ 133 milhões para o Fundo Amazônia**. Disponível em:<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/08/15/noruega-suspende-repasses-de-r-133-milhoes-para-o-fundo-amazonia.ghtml> Acesso em 20 de fevereiro de 2022.

REUTERS. **Norway ready to resume Amazon payments to Brazil if elections change government**. Disponível em:< https://www.reuters.com/business/environment/norway-ready-resume-amazon-payments-brazil-if-elections-change-government-2022-06-22/> Acesso em 01 de agosto de 2022.

TERRA. **Bolsonaro ataca Alemanha e Noruega por suspensão de repasses**. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/ciencia/sustentabilidade/meio-ambiente/bolsonaro-ataca-alemanha-e-noruega-por-suspensao-derepasses,4d97f6c9a653ac0f93ba292c26c96932709l57uu.html> Acesso em 12 de fevereiro de 2022.

SARAIVA, Mirian Gonçalves; SILVA, Álvaro Vicente Costa. Ideologia e Pragmatismo na Política Externa de Jair Bolsonaro. **Relações Internacionais**, n.64, 2019.

SPEKTOR, Matias. O projeto autonomista na política externa brasileira, In: MONTEIRO NETO, Aristides (org.). **Política Externa, Espaço e Desenvolvimento**. São Paulo: USP, 2014, p.20-58.

REGJERINGEN. **The Norwegian Government's strategy for cooperation between Brazil and Norway** New perspectives on a long-standing relationship. Disponível em: < https://www.regjeringen.no/en/dokumenter/brazil_strategy/id636321/ > Acesso em 4 **de fevereiro de 2023.**

TOSTES, Ana Paula; MILANI, Carlos Roberto. Sanchez**.** ; NEFFA, Elza; DOMINGUES, José Maurício.; SOARES, Mario. Observatório Interdisciplinar das Mudanças Climáticas 2021-2022: Pesquisa, Formação e Incidência. **Cadernos do OIMC**, n.1, 2021, p. 1-10.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia de autonomia pela diversificação, **Contexto Internacional**, v. 29, n.1, 2007.

VIOLA, Eduardo; FRANCHINI, Matías. Brasil na governança global do clima, 2005-2012: a luta entre conservadores e reformistas, **Contexto Internacional**, v.35, n.1, 2013.

VIZENTINI, Paulo Fagundes; SILVA, Andre Luiz Reis. Brazil and the economic, political and environmental multilateralism: the Lula years (2003-2010). **Revista Brasileira de Política Internacional**, n. 53, 2010, p.54-72.